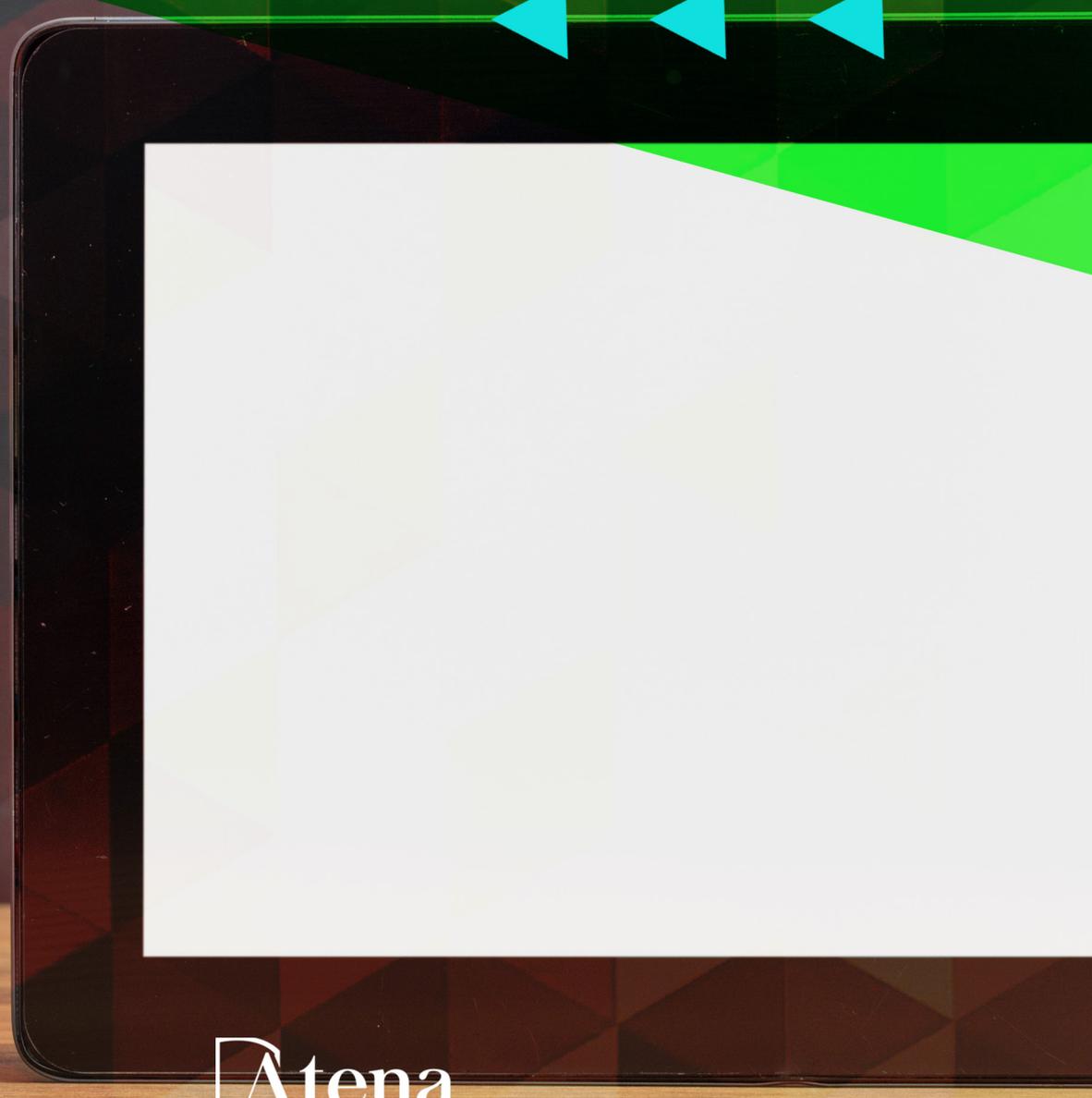




Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 6



Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 6 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-307-1

DOI 10.22533/at.ed.071190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 6” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra.

A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DO DESENCANTO AO ABANDONO DE SI - MARCAS DA COLONIALIDADE SOBRE O OFÍCIO DE PROFESSOR	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Andréia Quinto dos Santos	
Célia Jesus dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903041	
CAPÍTULO 2	12
DOS MODELOS PEDAGÓGICOS EUROPEUS E NORTE-AMERICANOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL: PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA	
Rosemeire dos Santos Amaral	
Maria Neide Sobral	
DOI 10.22533/at.ed.0711903042	
CAPÍTULO 3	24
EAD SOB A PERSPECTIVA SWOT	
Erika Pinheiro Pérez	
Blanca Martín Salvago	
DOI 10.22533/at.ed.0711903043	
CAPÍTULO 4	38
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR	
Maria Jussilania Dantas Araújo	
Márcio Rodrigues dos Santos	
Flávia Nunes de Sousa Limeira	
DOI 10.22533/at.ed.0711903044	
CAPÍTULO 5	46
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REVOLUÇÃO PLANETÁRIA- SOBRE A VISÃO DE EDGAR MORIN	
Marinalva Valdevino dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0711903045	
CAPÍTULO 6	53
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL FEMININO (CEF)	
Natalya Regina Fortes Monte Santos	
Maria Gilcília Silva Pereira Borges	
Aislla Maria de Almeida Gomes	
Ana Rita Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903046	
CAPÍTULO 7	61
EDUCAÇÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DE INFORMÁTICA BÁSICA	
Mario Diego Ferreira dos Santos	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.0711903047	

CAPÍTULO 8	67
EDUCAÇÃO DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA FAMÍLIA RURAL “MANOEL PAULINO DE SOUSA”- ABAETETUBA/PARÁ	
Juliany Serra Miranda Denival de Lira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.0711903048	
CAPÍTULO 9	72
EDUCAÇÃO E CULTURA: AS RESSONÂNCIAS (RE)PRODUZIDAS PELAS MÍDIAS NA CULTURA RIBEIRINHA	
Adelmo Viana Wanzeler Benilda Miranda Veloso Silva João Batista do Carmo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903049	
CAPÍTULO 10	83
EDUCAÇÃO E TRABALHO: O PROCESSO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Rosalina Rodrigues de Oliveira Marcelo Fabiano Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030410	
CAPÍTULO 11	95
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PREPARANDO PACIENTES E FAMILIARES PARA A DESOSPITALIZAÇÃO	
Juliana Lemos Zaidan Priscyla Dayane Gomes das Chagas Lira Elvira Santana Amorim Andreyna Javorski Rodrigues Jael Maria de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.07119030411	
CAPÍTULO 12	102
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA GUIOMAR LYRA, CARUARU – PE	
Marilene da Silva Lima Edilene Maria da Silva Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.07119030412	
CAPÍTULO 13	114
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A PERSPECTIVA DO ESPORTE NA ÓTICA DA CULTURA CORPORAL	
Rogério Tauã Mello Machado Yuri Lima Silveira Ian Fonseca Coquet	

DOI 10.22533/at.ed.07119030413

CAPÍTULO 14 119

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUMBIARA/GO

Keila Rosa Procópio

Lia Batista Machado

DOI 10.22533/at.ed.07119030414

CAPÍTULO 15 131

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A VIVÊNCIA DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Gessione Moraes da Silva

Gesomara Lopes Guerra

Maria Adriana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.07119030415

CAPÍTULO 16 141

EDUCAÇÃO NA INDÚSTRIA 4.0: CONTRIBUIÇÕES DA SALA INVERTIDA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sebastião Soares Lyra Netto

Ana de Kássia Silva Lyra

Jedida Severina de Andrade Melo

Queila Carla Ramos da Silva Alcantara

Andréia Gilzélia de Arruda Santana

Paula Helena da Rocha Silva

Rosilene Tarcisa da Silva Lisboa

DOI 10.22533/at.ed.07119030416

CAPÍTULO 17 156

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO GRUPO AGITAÇÃO RIO PRETO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES PROPÍCIOS AO LAZER E À EDUCAÇÃO

Maria Fernanda Sanchez Maturana

Miriam Sinhorelli

Vagner Sérgio Custódio

Isadora de Oliveira Pinto Barciela

Aline Sinhorelli Sakamoto

Vanessa Camilo Sossai

Keila Isabel Botan

Rodrigo Soares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.07119030417

CAPÍTULO 18 165

EDUCAÇÃO PERMANENTE: PROCESSO DE TRABALHO DE AUXILIARES EM SAÚDE BUCAL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tainá Macedo Do Vale

Ermano Batista Da Costa

Antônio Rodrigues Ferreira Júnior

DOI 10.22533/at.ed.07119030418

CAPÍTULO 19	173
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO PNE (2014-2024) E LDB – 9.394/96	
Jamilly Leite Olegario Maria Aparecida dos Santos Ferreira Márcia Gonçalves Keesem	
DOI 10.22533/at.ed.07119030419	
CAPÍTULO 20	180
EDUCAÇÃO SEXUAL: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO DE AUTO-CONHECIMENTO E NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA ATIVA	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro Andreza Marques de Castro Leão	
DOI 10.22533/at.ed.07119030420	
CAPÍTULO 21	198
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE QUÍMICA: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ NA ESCOLA	
Alex William Sanches Fernando de Azevedo Alves Brito Pâmela Ribeiro Lopes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.07119030421	
CAPÍTULO 22	210
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ENTRELACANDO PERSPECTIVAS	
Alex William Sanches Álvaro de Azevedo Alves Brito Bianca Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030422	
CAPÍTULO 23	218
EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO EDUCACIONAL	
Lindacir Laurentino Lima de Medeiros Rosana de Medeiros Silva	
DOI 10.22533/at.ed.07119030423	
CAPÍTULO 24	227
EJA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE	
José Clebson dos Santos Jenaice Israel Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.07119030424	

CAPÍTULO 25	238
ELABORAÇÃO DE UM OBJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM BASE NO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA COLETA DE ÁGUAS DA CHUVA	
Abel Antônio Alves Kenedy Lopes de Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030425	
CAPÍTULO 26	252
EM DISCUSSÃO: O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AS DECORRÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. ESTAMOS PREPARADOS PARA IMPLANTÁ-LO?	
Rosângela da Silva Camargo Paglia	
DOI 10.22533/at.ed.07119030426	
CAPÍTULO 27	263
ENSINO DA ROBÓTICA: O ARDUINO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA	
Brenna Theodora Machado Matos Robério Oliveira Rodrigues Maria Bruna Machado Matos Paulo Sérgio Silvino do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.07119030427	
CAPÍTULO 28	273
ENSINO DE BOTÂNICA: METODOLOGIA PARA O ESTUDO DAS ANGIOSPERMAS NO FUNDAMENTAL II	
Rivete Silva de Lima Pietra Rolim Alencar Marques Costa Rafaela Sales Pereira Roxo	
DOI 10.22533/at.ed.07119030428	
CAPÍTULO 29	286
ENSINO DE BOTÂNICA: UM ESTUDO A PARTIR DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NO BRASIL (1982 A 2016)	
Laís Goyos Pieroni Maria Cristina de Senzi Zancul	
DOI 10.22533/at.ed.07119030429	
CAPÍTULO 30	297
ENSINO DE HISTÓRIA E A SEGUNDA GRANDE GUERRA A PARTIR DE POESIAS, FOTOGRAFIAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	
Daniele Alves Craveiro Fernanda Dalmazo Garcia Fernando Santos Maciel Leticia Vicentina Nunes Zandoná Luciana Berbel Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.07119030430	

CAPÍTULO 31	302
ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS CURRICULARES NO CONTEXTO DE SALA DE AULA	
Samantha Joyce Ferreira Wanderley da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.07119030431	
CAPÍTULO 32	308
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS: O FATOR INTERCULTURALIDADE PRESENTE EM MANUAIS DIDÁTICOS PRODUZIDOS NO BRASIL	
Márcia Rejane de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030432	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	317

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO PNE (2014-2024) E LDB – 9.394/96

Jamilly Leite Olegario

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Macau – RN.

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Macau – RN.

Márcia Gonçalves Keesem

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Macau – RN.

RESUMO: A trajetória da educação profissional e tecnológica no nosso país é longa, porém, apenas na década década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) sobretudo com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96 que rege a educação brasileira até os dias atuais e do decreto n. 2.208/97 que nele anula qualquer forma integração entre a educação profissional e a educação básica (EB) que logo mais tarde seria revogado no Governo Luís Inácio Lula da Silva em 2003 e substituído pelo Decreto 5.154/2004, deu-se origem ao que podemos chamar de a reforma da educação profissional, gerando transformações no quadro da educação do país até os dias atuais. Desta forma, a presente pesquisa configura-se

como um estudo documental das Legislações pertinentes a Educação Profissional (EP). Sendo assim, para desenvolver o trabalho analítico, utilizou-se como fontes principais de acordo com as definições legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação (PNE- 2014-2024, Lei nº 13.005/2014). O estudo tem como objetivo analisar a importância da modalidade da Educação Profissional (EP) de acordo com as definições legais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação (PNE- 2014-2024, Lei nº 13.005/2014).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Ensino Médio Integrado. PNE.

ABSTRACT: The trajectory of professional and technological education in our country is long, but only in the decade of the 1990s under the Fernando Henrique Cardoso (FHC) government, especially with the promulgation of the new Law of Directives and Bases of National Education (LDB), Law no. . 9,394 / 96 that governs Brazilian education up to the present day and decree n. 2.208 / 97 which annuls any form of integration between professional education and basic education (EB), which was soon to be revoked in the Luís Inácio Lula da Silva Government in 2003 and replaced by Decree 5.154 / 2004, gave rise to what we can call for

the reform of professional education, generating transformations in the framework of the country's education to the present day. In this way, the present research is configured as a documentary study of Legislation pertinent to Professional Education (EP). Thus, to develop the analytical work, it was used as main sources according to the legal definitions, the Law of Directives and Bases of the National Education (LDB, Law 9,394 / 96) and of the National Plan of Education (PNE-2014) -2024, Law No. 13,005 / 2014). The purpose of this study is to analyze the importance of the Vocational Education (EP) modality according to the legal definitions, the National Education Guidelines and Bases Law (LDB, Law 9394/96) and the National Education Plan (PNE-2014) -2024, Law No. 13,005 / 2014).

KEYWORDS: Professional education. Integrated High School. PNE.

1 | INTRODUÇÃO

O percurso da Educação Profissional (EP) no Brasil é longo, contundo apenas na década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) sobretudo com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996 que rege a educação brasileira até os dias atuais e do decreto n. 2.208/97 que nele anula qualquer forma integração entre a educação profissional e a educação básica (EB) que logo mais tarde seria revogado no Governo Luís Inácio Lula da Silva em 2003 e substituído pelo Decreto 5.154/2004, deu-se origem ao que podemos chamar de a reforma da educação profissional, gerando transformações no quadro da educação do país até os dias atuais.

Para Moura (2007) o novo governo federal empossado em 2003, e até mesmo no período de transição, que antecedia o mesmo, possui um surgimento com maior intensidade da discussão acerca do Decreto n. 2.208/97, especialmente no que se menciona à separação entre o ensino médio e a educação profissional.

Ferreira e Garcia (2005) enfatiza que as transformações ocorridas a partir do Decreto n. 2.208/97 seccionou a formação profissional da educação geral. Após o desmembramento, a educação profissional passou a ser estruturada em três níveis: básico, independente de qualquer escolaridade antecedente; técnico, sendo ele simultâneo ou posterior ao ensino médio; e por fim, o nível tecnológico, cursos de formação superior. De tal maneira, a anulação do decreto em questão, deu origem a promulgação do decreto 5.154/2004 com ele a oportunidade de oferta do ensino médio integrado. O censo da educação profissional mostra o crescimento entre procura da educação profissional de 1999 a 2003, sobretudo na rede federal de ensino.

O censo da educação profissional de 1999 situa o número de matrículas inicial de 2.859.135 alunos nos níveis básico, técnico e tecnológico. Em 2002, foi verificado um incremento de 29,8% na matrícula da Educação Profissional (EP); atualização de cinquenta mil professores que atuam na área; produção e distribuição de 126 mil volumes dos Referenciais Curriculares Nacionais para a educação profissional de

nível técnico. O ano de 2003 registrou um total de 3.538.871 alunos matriculados da educação profissional, sendo 329.256 alunos em 143 instituições da rede federal. (BRASIL, 2004 apud FERREIRA e GARCIA, 2005, p. 148-149)

Desta forma, será visto o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) para a educação profissional e tecnológica, o mesmo, é um documento de organização do Poder Executivo lançado em 2007 e desenvolveu a ideia da educação profissional, institucionalizou e regulamentou resultando na Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. O PNE é responsável pela integração da Educação Profissional à Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A vista disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da modalidade da Educação Profissional (EP) de acordo com as definições legais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação (PNE- 2014- 2024) Lei nº 13.005/2014), a última, define as metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

METODOLOGIA

A pesquisa configura-se como um estudo documental das Legislações pertinentes a Educação Profissional (EP). Desta forma, para desenvolver o trabalho analítico, utilizou-se como fontes principais de acordo com as definições legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação (PNE- 2014- 2024, Lei nº 13.005/2014). O PNE (2014-2024) define as metas e estratégias para 10 anos. De forma complementar, foram realizadas ainda, levantamentos de referências bibliográficas sobre o contexto abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação Profissional e a LDB (Lei N. 9.394/96)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação constitui em seu capítulo III a educação profissional e tecnológica. O Art. 39. da LDB de 1996 institui “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.” (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade de ensino da educação básica ofertada ao alunado matriculado ou afastado do ensino fundamental, médio e superior, bem como aos cidadãos em geral, jovem ou adulto. Visando garantir a população o direito à aprendizagem de capacidades profissionais que os tornem preparados para a admissão no âmbito profissional nos quais necessite de utilização de tecnologias, se tonando assim um instrumento de inclusão social e certificação profissional, possibilitando assim ao cidadão, uma nova perspectiva de vida. (BRASIL/MEC, 2018).

O parágrafo 1º do Art. 39 da LDB – 9.394/96 estabelece que os cursos de educação profissional e tecnológica serão organizados em eixos tecnológicos, os mesmos possibilita a construção de diferentes itinerários formativos, ou seja, os eixos tecnológicos é uma junção de mecanismos de caracterização, definido pelo MEC, resultante do agrupamento de cursos técnicos conforme suas características científicas e tecnológicas. Atualmente os eixos tecnológicos são encontrados entre: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer. (Ministério da Educação – MEC, 2016).

O parágrafo 2º do mesmo Art. situa que “A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:” “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”, (BRASIL/LDB, 1996, p. 31).

O curso de formação inicial, continuada, e de qualificação profissional, ou cursos básicos, livres ou abertos, não possui necessidade de um pré-requisito básico como escolaridade, onde busca inserir o jovem ao mercado de trabalho. Já os cursos de EPT para ensino médio, são cursos técnicos onde o aluno deve ter concluído o ensino fundamental, ou está cursando de forma integrada ou concomitante o ensino médio, possuem um currículo formal, e apresenta suas diretrizes. Por fim, os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

De acordo com o parágrafo 3º do art. 39 “os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.” (BRASIL, 1996).

Em seu art. 40. “Apresenta a educação profissional de forma que será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.” (BRASIL, 1996).

Já no art. 42. Estabelece que “As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.” (BRASIL, 1996).

Educação Profissional e o PNE (2014-2024)

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. A meta definida pelo PNE (2014-2024) para a Educação Profissional (EP) é a meta 11, que por sua vez possui quatorze estratégias para a Educação Profissional, a meta 11 do PNE para a educação profissional pretende triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando

a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

A estratégia 11.1, refere-se ao acesso à rede federal, essa estratégia almeja expandir as matrículas de Educação profissional técnica de nível médio na rede federal de Educação profissional, científica e tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da Educação profissional. Desta forma:

O ensino médio integrado ao técnico aparece como prioridade nos objetivos dos Institutos Federais. Assim como a realização de pesquisas aplicadas visando a soluções técnicas e tecnológicas; o desenvolvimento de atividades de extensão articuladas ao mercado de trabalho e aos segmentos sociais; o estímulo às atividades que conduzam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e, por fim, o desenvolvimento do nível superior. No último item destaca-se o oferecimento de cursos de licenciatura, prioritariamente para a formação de professores da educação básica nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional. (SOUZA, 2013, p. 92 *apud* PAIVA, 2071, p.26).

Na estratégia 11.2 – visa a expansão da oferta de Educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino. Já a estratégia 11.3 volta o olhar para a Educação a distância nessa estratégia é pretendido “fomentar a expansão da oferta de Educação profissional técnica de nível médio na modalidade de Educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade.” (BRASIL, 2014, p.71).

A estratégia 11.4 visa o estágio, assim o PNE menciona estimular a expansão do estágio na Educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude. (BRASIL/PNE, 2014, p.71).

Para Rodrigues (2014) o estágio é um ponto importante para o ensino médio integrado porque é uma maneira mais fácil de ingressar no mercado de trabalho, bem como, sair empregado geralmente na empresa onde fizeram o estágio, além de ser requisito obrigatório para conclusão do curso. Já na estratégia 11.5 pretende ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.

Na estratégia 11.6 tem em vista a oferta de matrículas gratuitas por entidades privadas de formação profissional, desta forma, ampliará “a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.” (BRASIL, 2014, p.72).

Tendo em vista isso, na estratégia 11.7 pretende ofertar matrículas em instituições

privadas de Educação Superior, assim alargando a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio ofertada em instituições privadas de educação superior. (BRASIL, 2014, p.72).

A Avaliação, é a estratégia numerada como 11.8, nela o PNE almeja “institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da Educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.” (BRASIL, 2014, p.72).

Na estratégia 11.9, a preocupação é voltada para o atendimento a populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, assim pretende-se “expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.” (BRASIL, 2014, p.72).

A estratégia 11.10, tem um olhar voltado para o atendimento a pessoas com deficiência, TDAH e superdotação, dessa maneira o PNE ambiciona “expandir a oferta de Educação Profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 2014, p.72).

A estratégia 11.11 visa elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de Educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte). (BRASIL, 2014, p.72).

As estratégias 11.12 e 11.13 são voltadas para programas de assistência estudantil e desigualdade social. Para alcançar a meta 11, essas estratégias são imprescindíveis, assim o PNE intenciona abranger “gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.” e “Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.” (BRASIL, 2014, p.72).

Para Frigotto (2005, p. 58) se faz necessário que as políticas públicas propiciem meios de “desconstruir concepções e práticas que refuncionalizam as estruturas que geram a desigualdade e de construir concepções inerentes a uma práxis capaz de transformar as relações sociais vigentes na sociedade e nos processos educativos”.

Por fim, a estratégia 11.14 propõe estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. (BRASIL, 2014, p.72).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) inclui em suas metas a Educação Profissional (EP), e quatorze estratégias para melhoria da EP. Nesse sentido,

a garantia desse direito na legislação é um grande avanço, O PNE determina na Meta 11, o desafio de triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, garantindo a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público até o ano de 2024, quando finaliza-se o atual plano, por isso, para alcançar essa meta, o PNE envolve quatorze estratégias.

Com a pesquisa entendemos a extrema importância da Educação Profissional e Tecnológica para o nosso País, é perceptível, que o PNE (2014-2024) objetiva elevar o acesso à EP, que, desta forma, é considerado um progresso, a medida em que permite que o jovem e o adulto, por meio do ingresso na educação profissional, tenham novas expectativas de inserção social em suas mais variadas dimensões.

Contudo, este estudo de caso não conclui a discussão sobre a temática, sequer permite fazer considerações gerais ou construir generalizações, mas permite ter uma visão mais clara e certo conhecimento sobre o objeto investigado. Deste modo, o fechamento dessa pesquisa, conduz a ideia de recomeço frente às novas indagações que emergiram no decorrer de sua realização.

REFERÊNCIAS

BRASIL, PNE. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em 01 de Julho de 2014.

BRASIL, LDB. Lei 9394/1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 de julho de 2018.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Revista Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; GARCIA, Sandra R. de Oliveira. **O ensino médio integrado á educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. Cap. 6, p. 148-173.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. Cap. 2, p. 57-82.

PAIVA, Samara Yontei. **Início da carreira e saberes da docência na educação profissional e tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

RODRIGUES, Denise Dalmás. **A Experiência de Integração Curricular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso Campus – Cáceres**. In: Colóquio. Anais / Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e políticopedagógicas, Rio de Janeiro, 3 e 4 de setembro de 2010. Organização de GT Trabalho e Educação da Anped. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-307-1

